

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.184.420 - PR
(2017/0242240-1)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S)
- PE016983
ADVOGADA : MÔNICA FERREIRA MELLO BEGGIORA - PR033111
AGRAVADO : OZEIAS STELLE DE ALMEIDA
AGRAVADO : JOSE RAIMUNDO FILHO
AGRAVADO : VINICIO LIRANCO
AGRAVADO : LUIZ CARLOS PAVAN
AGRAVADO : EDNA APARECIDA DA SILVA
PROCURADOR : AMAURI ANTONIO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR049535

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA SEGURADORA S/A contra acórdão proferido pela Corte Estadual que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, manteve a competência da Justiça Estadual em relação ao autor cujo vínculo à apólice ramo 66 não foi demonstrado e, em relação aos demais, a remessa dos autos à Justiça Federal ante a necessidade de participação da Caixa Econômica Federal no feito.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância de origem.

2. Ante o exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 572-578 (e-STJ), julgo prejudicada a petição de agravo interno de fls. 582-628 (e-STJ) e, por conseguinte, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

